CLIMA

Chuvas persistem no Sul e Sudeste

Inmet alerta para tempo instável, com chuvas e trovoadas. No Paraná, seis pessoas morreram desde segunda-feira

» CAETANO YAMAMOTO*

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná/Divulgação



Temporais deixam seis mortos e 2.454 desabrigados no Paraná. Mais de 11 mil pessoas foram afetadas pelos temporais no estado

As fortes chuvas continuam assolando as regiões Sul e Sudeste do Brasil, alerta o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) . Segundo o órgão, o tempo segue instável com pancadas de chuvas e trovoadas, especialmente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No Paraná, há perigo potencial para chuvas intensas, entre 20 e 30 mm/h ou até 50 mm/dia e ventos intensos (40-60 km/h), queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

De acordo com a Defesa Civil do estado, seis pessoas morreram desde o temporal de segunda-feira. As duas primeiras mortes foram registradas em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, na segunda-feira. Um casal de idosos, identificado como Antonio Ferreira, de 81 anos, e Clotilde Ferreira, de 76, morreu afogado durante um alagamento na própria casa. Anteontem, outras duas mortes foram registradas em Nova Esperança do Sudoeste. Ainda anteontem, um trabalhador morreu após ser arrastado por uma enxurrada na área rural de Mato Rico, na região central do Paraná.

Até a tarde de ontem, 50 municípios foram atingidos (36 com ocorrências formalizadas e 14 com relatos preliminares). Segundo o coordenador Executivo da Defesa Civil Estadual, Ivan Ricardo Fernandes, a defesa civil estadual em conjunto a defesas municipais, estão trabalhando juntas para atendimento da população e mapeando as necessidades de cada cidade.

De acordo com o relatório publicado pela Defesa Civil, 10.837 pessoas foram afetadas pelas chuvas, 2.454 foram desalojadas, 242, desabrigadas, 1.655 imóveis danificados e 13 casas destruídas.

No Rio Grande do Sul, entre domingo e ontem, foram registradas 11 ocorrências em 10 municípios distintos. Houve registro de danos humanos ou materiais em 10 municípios. Predominaram chuvas intensas, subsidências e colapsos e enxurradas. Mas não foi confirmado ou está sendo investigado nenhum óbito. De acordo com a Defesa Civil do RS, 463 pessoas foram afetadas, 12 pessoas desalojadas, 6 casas danificadas e 31 casas alagadas.

Os municípios com mais pessoas afetadas foram: Severiano de Almeida — Chuvas intensas afetaram 250 pessoas; Dois Lajeados — Enxurrada afetou 100 pessoas e Maximiliano de Almeida — Chuvas intensas afetaram 40 pessoas.

> **Nós tomamos a decisão, conjuntamente, de priorizar o plano de ajuda humanitária e de aquisição de telhas para auxiliar nas coberturas, onde fosse possível"**
>
> ***Waldez Góes,*** *ministro da Integração*

Tupanciretã

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, detalhou, no programa *Bom Dia, Ministro* de ontem, as ações realizadas em Tupanciretã (RS), cidade gaúcha em estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal após ser atingida por forte tempestade na madrugada da última sexta-feira. Os primeiros planos de ajuda à cidade somam mais de R$ 8,5 milhões. Desse total, R$ 4,7 milhões foram destinados à ajuda humanitária e outros R$ 3,8 milhões para ações de limpeza urbana e aquisição de telhas.

Segundo o ministro, os recursos para a reconstrução serão definidos a partir dos levantamentos que estão sendo realizados. "O que o presidente Lula sempre diz é o que for necessário", afirmou Waldez. Ele ressaltou ainda que os planos podem ser aprovados diariamente e que, nas ações que forem de responsabilidade do Governo Federal, "todos os recursos a serem empregados para corrigir os efeitos e, logicamente, melhorar a vida e a sociedade serão empregados".

"Lá não tinha local e não tem para as pessoas se abrigarem. Então, tudo ficou comprometido, a prefeitura, as quadras esportivas e escolas. Por isso nós tomamos a decisão conjuntamente de priorizar o plano de ajuda humanitária e de aquisição de telhas para auxiliar nas coberturas, onde fosse possível", afirmou

Hoje o ministro irá novamente a Tupanciretã. De acordo com Waldez, a viagem vai levar uma força-tarefa do Governo Federal para discutir as medidas necessárias para a região. "A educação, por exemplo, está suspensa por 30 dias. Mas daqui a 30 dias a gente não tem escolas reconstruídas. O ano escolar vai ficar comprometido. Então, toda essa estratégia, o ministro da Educação, com secretários municipais e estadual, estão avaliando", afirmou.

Ele destacou ainda a importância de debater todas as ações com a comunidade e autoridades locais para definir as medidas que devem ser aplicadas em cada situação.

São Paulo

O Inmet, hoje tem alerta laranja (perigo) para chuvas intensas em São Paulo. O volume previsto está entre 30 e 60 mm/h ou 50 e 100 mm/dia, ventos intensos (60-100 km/h). Há risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

Em São Paulo, entre quarta-feira e ontem, 12 municípios foram atingidos, duas pessoas morreram e 10 foram feridas. Além disso, 114 pessoas foram desalojadas, três desabrigadas, e 26 imóveis foram atingidos e/ou interditados. A informação foi divulgada pela defesa civil do estado.

Entre as ocorrências mais graves estão o deslizamento de terra seguido de queda de alambrado em Monte Alegre do Sul, registrando dois óbitos, e queda de árvore de grande porte sobre área de recreação de uma escola estadual em Itaquera, na capital, com oito crianças feridas.

Sumaré concentra o maior número confirmado de pessoas fora de casa (104 desalojados e 3 desabrigados após alagamentos na Vila Diva e Rua Crenac), seguida pela capital, onde 17 imóveis tiveram interdição total na Vila Maria.

SANEAMENTO

Três em cada 10 cidades ainda têm lixões

» PEDRO JOSÉ BORGES
» MARIANA GARCIA*

Leopoldo Silva/Agência Senado



Os vazadouros a céu aberto estão em quase 29% dos municípios

A coleta seletiva avançou no Brasil nos últimos 16 anos, mas a destinação inadequada de resíduos ainda é um problema em boa parte do país. Em 2024, quase três em cada 10 municípios brasileiros registravam a presença de lixões, locais onde o lixo é descartado a céu aberto, sem tratamento adequado.

Os dados são da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento identificou vazadouros a céu aberto em 28,9% dos municípios. A situação é mais grave na Região Norte, onde o percentual chega a 69,2%. Centro-Oeste e Nordeste também apresentam índices próximos em metade das cidades. No Sul, a presença de lixões é bem menor.

A pesquisa também identificou aterros sanitários, estruturas adequadas para receber resíduos, em 15,1% dos municípios. Já os aterros controlados, que não oferecem o mesmo nível de proteção ambiental, foram registrados em 10,2%.

Em 2008, o serviço de coleta seletiva estava presente em 17,9% dos municípios que informaram oferecer serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Em 2024, a proporção chegou a 48,1%, o equivalente a 2.675 cidades. O Sul lidera, com coleta seletiva em quase três quartos dos municípios, enquanto no Norte o serviço não chega a um quarto das cidades.

Embora os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos estejam presentes em quase todos os municípios, atividades, como a coleta seletiva e a compostagem, ainda têm alcance limitado.

Drenagem

A PNSB 2024 mostra também que o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais está presente em 97,4% dos municípios brasileiros, o equivalente a 5.424 cidades. Em 2000, o percentual era de 78,6%.

Segundo o levantamento, 134 municípios não registraram nenhum serviço de drenagem. Outros oito se recusaram a responder à pesquisa e quatro não apresentaram informações.

Entre as estruturas disponíveis, a microdrenagem é a mais disseminada: está presente em 98,1% dos municípios que possuem o serviço, ou 5.320 cidades. A macrodrenagem é adotada em 76,3%, o equivalente a 4.138 municípios.

As chamadas infraestruturas verdes, que utilizam soluções baseadas na natureza para absorver ou conduzir a água da chuva, aparecem em 33,3% das cidades atendidas, ou 1.806 municípios. Entre as práticas identificadas estão a renaturalização ou restauração de cursos d'água (12,6%), os pavimentos permeáveis (10%) e as bacias de infiltração (8,6%).

Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, a presença dessas estruturas é maior. A macrodrenagem está presente em 95,8% deles, enquanto as infraestruturas verdes são utilizadas em 70,8%.

A pesquisa também aponta baixa presença de estruturas específicas para retenção de água e controle de inundações. Apenas 11,9% dos municípios com serviço de drenagem, ou 648 cidades, possuem estruturas de retenção e detenção, utilizadas para armazenar temporariamente a água e reduzir o impacto das enchentes.

***Estagiários sob a supervisão de Edla Lula**

GARIMPO ILEGAL

PF investiga esquema de mineração ilegal

» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem,uma operação para desarticular um esquema de mineração ilegal em Minas Gerais que teria movimentado cerca de R$ 2 bilhões. Batizada de Húbris, a ação investiga uma organização criminosa suspeita de utilizar obras de terraplanagem, estabilização de encostas e recuperação ambiental como fachada para a extração clandestina de minério de ferro em diferentes regiões do estado.

Foram cumpridos oito mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e ordens de busca e apreensão em mais de 50 endereços residenciais e empresariais. A operação mobilizou 230 policiais federais e 20 servidores da Controladoria-Geral da União (CGU). Fuzis, munições, dinheiro em espécie e equipamentos foram apreendidos durante as diligências, que contam com apoio do Ministério Público Federal (MPF) e da Receita Federal.

As investigações identificaram atividades suspeitas em áreas próximas à BR-040 e em localidades como Olhos d'Água, Rancho do Boi, Água Limpa, Vale do Sol, Serra da Piedade e Mina Várzea do Lopes. O esquema também teria atuado em municípios como Nova Lima, Itabirito, Caeté, Sabará, Morro do Pilar, São Gonçalo do Rio Abaixo, Passa Tempo, Catas Altas e Alvinópolis, onde intervenções em propriedades e empreendimentos eram utilizadas para dissimular a exploração mineral.

Levantamentos periciais apontam que aproximadamente 5,74 milhões de toneladas de minério de ferro podem ter sido extraídas ou beneficiadas de maneira irregular. O volume representa um potencial econômico estimado em R$ 2 bilhões. Diante da dimensão financeira do esquema, a Justiça autorizou o sequestro e o bloqueio de bens, direitos e valores dos investigados até esse limite, com o objetivo de impedir a movimentação do patrimônio e assegurar eventual ressarcimento.

A PF apura suspeitas de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial por meio de empresas e pessoas utilizadas para disfarçar a origem dos recursos.